

PROCESSO DE BOLONHA

Índice

1. O que é
2. História
3. A situação dos outros países
4. Implementação do processo de Bolonha a nível nacional
 - i. Sistema de Créditos e Suplemento ao Diploma
 - ii. Estrutura dos ciclos
 - iii. Áreas de conhecimento
 - iv. Quando geral das estruturas de formação
 - v. Avaliação e acreditação
 - vi. Calendário de acções
5. Medidas complementares
6. Conclusões

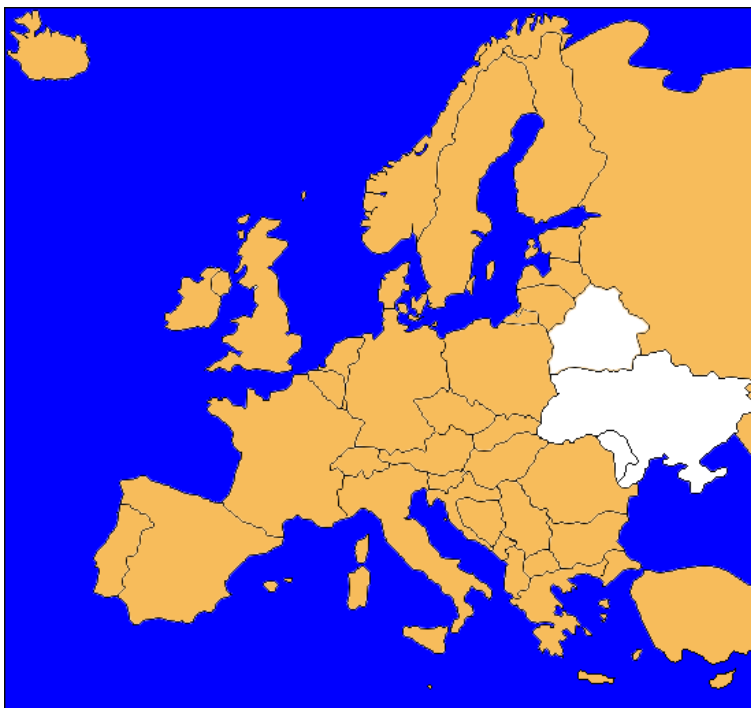
O QUE É

O que é

O Processo de Bolonha corresponde ao propósito da construção do **Espaço Europeu do Ensino Superior**, coeso, competitivo e atractivo para docentes e alunos europeus e de países terceiros.

O Processo de Bolonha visa a construção de um **Espaço Europeu do Ensino Superior** que promova a mobilidade de docentes, de estudantes e a empregabilidade de diplomados.

Países membros



Albânia	Espanha	Liechtenstein
Alemanha	Estónia	Lituânia
Andorra	Ex- República	Luxemburgo
Áustria	Jugoslava da	Malta
Bélgica	Macedónia	Noruega
(Comunidade	Federação	Polónia
flamenga e	Russa	Reino Unido
comunidade	Finlândia	República
francesa)	França	Checa
Bósnia -	Grécia	Roménia
Herzegovina	Holanda	Santa Sé
Bulgária	Hungria	Sérvia e
Chipre	Irlanda	Montenegro
Croácia	Islândia	Suécia
Dinamarca	Itália	Suíça
Eslováquia	Letónia	Portugal
Eslovénia		Turquia

HISTÓRIA

Declaração da Sorbonne

Em Maio de 1998, os Ministros da Educação da Alemanha, França, Itália e Reino Unido, assinaram em Paris a Declaração da Sorbonne onde se perspectiva já a constituição de um Espaço Europeu de Ensino Superior.

Declaração de Bolonha I

Em Junho de 1999 os Ministros da Educação de 29 Estados Europeus, entre os quais Portugal, subscreveram a Declaração de Bolonha que contém, como objectivo claro, o estabelecimento do Espaço Europeu de Ensino Superior, coerente, compatível, competitivo e atractivo para estudantes europeus e de países terceiros.

Declaração de Bolonha II

Em função deste propósito foram identificadas seis linhas de acção:

- Adopção de um sistema de graus comparável e legível;
- Adopção de um sistema de Ensino Superior fundamentalmente baseado em dois ciclos;
- Estabelecimento de um sistema de créditos;
- Promoção da mobilidade;
- Promoção da cooperação europeia no domínio da avaliação da qualidade;
- Promoção da dimensão europeia no Ensino Superior.

Comunicado de Praga

No seguimento do compromisso político assumido em Bolonha, os Ministros da Educação europeus reunidos em Praga, em Maio de 2001, reconheceram a importância e a necessidade de mais três linhas de acção para o evoluir do processo:

- Promoção da aprendizagem ao longo da vida;
- Maior envolvimento dos estudantes na gestão das instituições de Ensino Superior;
- Promoção da atractibilidade do Espaço Europeu do Ensino Superior.

Comunicado de Berlim

Em Setembro de 2003, os Ministros responsáveis pela Área do Ensino Superior de 33 Países Europeus, reunidos em Berlim, reafirmaram os objectivos definidos em Bolonha e em Praga, tendo adicionalmente:

- Considerado a necessidade de promover sinergias entre o Espaço Europeu do Ensino Superior e o Espaço Europeu de Investigação, definidos como pilares fundamentais da consolidação da Sociedade do Conhecimento.
- Adoptado o compromisso de estabelecer, com carácter prioritário até 2005, medidas relativamente a:
 - Certificação de qualidade;
 - Sistema de dois ciclos;
 - Reconhecimento de graus e duração de cursos;

A Europa e a Estratégia de Lisboa I

A Declaração de Bolonha, enquanto preconiza um Ensino Superior tão marcante e atractivo para o mundo como o são as tradições e cultura europeias, acentua a necessidade do estabelecimento, até 2010, da Área Europeia de Ensino Superior, coerente, compatível, competitiva e atractiva para estudantes europeus e de países terceiros.

O Processo de Bolonha representa um desafio tão importante como os que estão definidos na Estratégia de Lisboa e que visam para a Europa os perfis próprios de um espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social.

A Europa e a Estratégia de Lisboa II

Quer a Estratégia de Lisboa quer o Processo de Bolonha têm merecido, por parte das autoridades europeias, profunda reflexão.

Reflexão em torno de valores tais como capital humano, empregabilidade, cidadania, diversidade cultural e religiosa, liberdade e paz.

A Europa do Conhecimento deverá estruturar-se com base nos seus recursos institucionais e humanos, cujos padrões de qualidade terão que aumentar de forma sólida e crescente, sendo que, qualidade e eficácia são metas imprescindíveis na construção do espaço europeu da educação e da formação.

A Europa e a Estratégia de Lisboa III

Neste contexto a educação e a formação serão necessariamente dirigidas à criação de mais e melhor emprego, de qualidade visível a nível nacional, europeu e mundial.

Há que melhorar os níveis de participação e de certificação em termos de ensino, formação e aprendizagem ao longo da vida.

A adoção de medidas com vista à redução das taxas de abandono escolar reveste-se, naturalmente, de grande importância.










Impõe-se, assim, criar condições para que os estudantes, em particular, e os cidadãos, em geral, criem gosto pelo saber e pelo conhecimento.

A Europa e a Estratégia de Lisboa IV

A mobilidade de docentes e de estudantes terá que atingir níveis que permitam a visibilidade deste processo a nível europeu e a nível mundial.

A mobilidade constitui, por si só, uma fonte de aprendizagem; o contacto com regiões diversas e com as diferentes realidades linguísticas, culturais, sociais e religiosas representa um contributo decisivo para a dimensão europeia, para a educação para a cidadania e para o desenvolvimento.

A SITUAÇÃO DOS OUTROS PAÍSES

País		Estrutura Bachelor/MSc
	Áustria	3+2
	Dinamarca	3+2
	Espanha	3+2 e 4+1 (em estudo)
	Finlândia	3+2
	França	3+2
	Holanda	3+2 3 ½ + 1 ½
	Irlanda	4+1 3+2
	Itália	1+2+2
	Reino Unido	3+1

IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE BOLONHA A NÍVEL NACIONAL

Processo de implementação de Bolonha I

Para que Portugal participe plenamente neste processo, são necessárias reformas profundas no sentido de uma maior eficácia, modernização e simplificação das instituições de ensino superior tendentes a um desejável patamar de excelência, marcado por perfis competitivos, de referência nacional, europeia e internacional.

Neste contexto, estamos a envidar esforços para que os estabelecimentos de ensino superior intensifiquem o seu papel como pólo de excelência e de motor do desenvolvimento e a tomar medidas no sentido de modernizar e desburocratizar a administração simplificado a arquitectura legislativa.

Processo de implementação de Bolonha II

O desenvolvimento do processo de Bolonha impõe o desenvolvimento de um conjunto de medidas, das quais destacamos:

- a. Consolidação do sistema europeu de transferência de créditos (ECTS), concretização do sistema de reconhecimento de graus académicos com a emissão gratuita do Suplemento ao Diploma em língua europeia profundamente utilizada;
- b. Adopção de uma estrutura de graus baseada essencialmente em dois ciclos;
- c. Promoção da mobilidade de estudantes, de docentes e de pessoal não docente;
- d. Adopção de medidas de promoção efectiva da dimensão europeia do ensino superior;

Processo de implementação de Bolonha III

Sistema nacional de avaliação e acreditação do ensino superior;

- e. Adopção de medidas que fomentem a participação dos estudantes em todas as fases de implementação do Processo, incluindo a criação de condições efectivas de estudo e de vida, garantes da possibilidade de conclusão dos cursos ou estudos em tempo razoável, sem obstáculos associados à condição económica ou social dos estudantes;
- f. Adopção de medidas e programas necessários ao reforço da atractividade do ensino superior europeu, nomeadamente reforçando a política de concessão de bolsas de estudo a estudantes de países exteriores ao espaço europeu, sempre na observância rigorosa de qualidade e valores académicos;

Processo de implementação de Bolonha IV

- g. Adopção de medidas que enriqueçam a contribuição do ensino superior na concretização da Aprendizagem ao Longo da Vida, nomeadamente fazendo uso do sistema europeu de transferência de créditos ECTS na valorização profissional.

Este processo exige a assunção repartida de responsabilidade por parte do Governo, da Administração, das Instituições de Ensino Superior e das Associações Profissionais.

Neste sentido estamos a proceder a uma profunda discussão a nível nacional e a nível parlamentar.

Prioridades de Acção

De acordo com o compromisso assumido na reunião de Setembro de 2003, em Berlim, os países envolvidos no Processo de Bolonha deverão definir, com carácter prioritário, até 2005, o seguinte:

- o modelo para a implementação do Sistema de Créditos e do Suplemento ao Diploma;
- as orientações para a implementação dos 2 ciclos, por áreas do conhecimento;
- o modelo para o Sistema de Avaliação e Acreditação.

SISTEMA DE CRÉDITOS E SUPLEMENTO AO DIPLOMA

ECTS I

Instrumento de mudança de paradigma de formação

O ECTS é um sistema em que o trabalho efectuado pelos estudantes numa dada área científica é expresso num valor numérico que tem em consideração a as horas de trabalho do estudante, na globalidade das suas actividades

O ECTS faz parte de um conjunto de medidas (incluindo o Suplemento ao Diploma) que suportam um novo paradigma:

- De organização do ensino centrado no aluno e nos objectivos de formação;
- De **passagem** de um sistema curricular tradicional baseado na “justaposição” de conhecimentos para um sistema centrado no **desenvolvimento de áreas curriculares alargadas**, desenhadas em função dos objectivos de formação a prosseguir.
- De **mobilidade** na formação

ECTS II

Instrumento de Flexibilidade e de Mobilidade

O ECTS permite:

- Transferência transparente de créditos;
- Acumulação progressiva de créditos correspondentes a qualificações e níveis de formação diferenciados;

O ECTS induz reformas ao nível de:

- Flexibilização da organização curricular;
- Organização pedagógica;
- Sistemas de avaliação e de acreditação;
- Promoção da mobilidade de formandos.

ECTS III

O ECTS adequa-se às mudanças na formação, no desenvolvimento e adoção de:

Novas metodologias de aprendizagem, mais activas e participativas

Capacidades e competências horizontais: aprender a pensar, aprender a aprender, aprender a ensinar.

Competências específicas da profissão

Competências gerais:

- Capacidades de intercomunicação;
- Integração em equipa;
- Capacidades de liderança;
- Inovação;
- Adaptação à mudança.

Suplemento ao Diploma

Por sua vez, o Suplemento ao Diploma tem sido desenvolvido com vista à promoção da transparência e do reconhecimento internacional de qualificações para fins académicos e profissionais.

O Suplemento ao Diploma assume um papel fundamental como instrumento de mobilidade, uma vez que descreve a natureza e o conteúdo dos programas curriculares, o nível de qualificações e presta informação sobre o sistema do ensino superior.

A aplicação e utilização do ECTS e do Suplemento ao Diploma tornam-se fundamentais para a consolidação do Espaço Europeu do Ensino Superior.

ECTS e Suplemento ao Diploma I

Encontra-se em finalização um projecto de diploma que visa estabelecer, para todos os estabelecimentos de ensino superior, os princípios reguladores do sistema de créditos curriculares e dos instrumentos de mobilidade no espaço europeu do ensino.

Trata-se de um documento orientador da aplicação do sistema europeu de créditos curriculares no ensino superior, vulgo ECTS, ou seja, da expressão em créditos do volume de trabalho que deve ser efectuado pelo estudante em cada unidade curricular.

ECTS e Suplemento ao Diploma II

Este projecto de diploma, à luz dos exemplos europeus e da experiência bem sucedida da Universidade do Minho, entre outras, prevê ainda a promoção do Suplemento ao Diploma, como instrumento fundamental da mobilidade após a formação, no Espaço Europeu do Ensino Superior.

Da mesma forma, com o objectivo de assegurar a mobilidade ao longo da formação, é preconizada a celebração de contratos de estudo numa relação triangular entre estudante, estabelecimento de ensino de origem e estabelecimento de acolhimento.

ECTS e Suplemento ao Diploma III

O Suplemento ao Diploma deve descrever de forma detalhada o sistema de ensino superior português à data de obtenção do diploma, caracterizando a instituição que ministrou o ensino e conferiu o diploma, bem como a formação realizada e o seu objectivo, além de informação sobre o conteúdo e resultados obtidos

Neste contexto, o Boletim de Registo Académico e o Guia Informativo do estabelecimento de ensino, também regulamentados neste projecto de diploma, revestem-se de primordial importância, dado que permitem reflectir o historial do estudante e do estabelecimento que ministrou o ensino, constituindo pano de fundo do Suplemento ao Diploma e garantia da qualidade e transparência da mobilidade, como preconizado no Processo de Bolonha.

ECTS e Suplemento ao Diploma IV

Este documento contempla, assim, diversas medidas com vista à definição e ao estabelecimento de:

- número de créditos por cada unidade curricular, abrangendo todas as formas de trabalho previstas, incluindo horas de contacto e horas dedicadas a estágios, projectos, trabalhos no terreno, estudo e avaliação;
- classificação das unidades curriculares;
- classificação e qualificação final dos cursos e graus;
- menção qualitativa;
- sistema europeu de comparação de classificações.

ECTS e Suplemento ao Diploma V

Projecto de decreto-lei que visa aprovar os princípios reguladores dos instrumentos para a criação do espaço europeu do ensino superior.

O presente diploma que aprova os princípios reguladores dos instrumentos para a criação do Espaço Europeu do Ensino Superior, aplica-se:

- a) A todos os estabelecimentos de ensino superior;
- b) A todas as formações ministradas conducentes à obtenção de um grau de ensino superior,

Aplica-se ainda a cursos não conferentes de graus.

ESTRUTURA DOS CICLOS

Estrutura de Graus: Adopção de um Sistema Baseado Essencialmente em Dois Ciclos

Adopção de uma estrutura de graus baseada essencialmente em dois ciclos, devendo estes dois ciclos assumir perfis e orientações diferentes, de acordo com objectivos individuais e académicos e em função do exercício profissional e a empregabilidade.

ÁREAS DE CONHECIMENTO

Grupos por áreas de conhecimento I

Qualificação e estruturas de formação para cada área do conhecimento

O Ministério está a definir:

A. Perfis e competências de formação

- A.1. Perfis para exercício profissional ou para empregabilidade (incluindo a actividade académica de I&D).
- A.2. Competências gerais e específicas, pessoais e académicas, associadas aos perfis identificados.
- A.3. Enquadramento das necessidades da Sociedade, com a estrutura e duração de ciclos aprovada pela Lei de Bases, em matéria de competências, capacidades e conhecimentos.
- A.4. Competências e qualificação profissionais vs perfil formativo, de cada um dos dois sub-sistemas do ensino superior.

Grupos por áreas de conhecimento II

B. Caracterização geral dos cursos

B.1. Definição e estabelecimento, pelo MCIES, com respeito pela autonomia dos estabelecimentos de ensino superior, de conteúdos curriculares, nomeadamente, de curriculum nacional mínimo, para cada ciclo de formação e para cada área científica e em função das competências a adquirir.

B.2. Racionalização na designação de cursos.

C. Cursos de especialização - objectivo e sua inserção no sistema

Análise de lacunas ou desfasamentos entre exigências de formação e ciclos formais disponíveis e fomento de cursos de especialização.

Grupos por áreas de conhecimento III

A definição dos perfis e competências de formação deve contemplar:

- Adopção de soluções coerentes que garantam legibilidade e compatibilidade plenas com as estruturas de graus em introdução generalizada na Europa.
- Adopção de soluções que permitam o incremento da mobilidade bi-direccional internacional de estudantes, como veículo para a aprendizagem da diversidade e da multi-culturalidade.
- Adopção de soluções que igualmente permitam o incremento da mobilidade interna, entre graus e entre universidades e institutos politécnicos nacionais.
- Adopção de soluções que permitam diferenciação visível das competências dos respectivos diplomados.

Grupos por áreas de conhecimento IV

A definição dos perfis e competências de formação deve contemplar:

- Constituição de compromissos de oferta que cubram as necessidades de uma educação generalista sólida que o ensino superior deve proporcionar e uma componente vocacional de profissionalização que o País e os jovens exigem.
- Adopção de formações fora do âmbito do Processo de Bolonha, complementares dos ciclos de Bolonha, correspondentes a diplomas legíveis e comparáveis e com consequência profissional relevante, tanto a nível de especialização complementar pós-primeiro ciclo, como a nível de especialização complementar avançada pós-segundo ciclo.

Grupos por áreas de conhecimento V

Foi decidida a constituição de um Grupo de Coordenadores para a implementação do Processo de Bolonha com a missão de estudar e dar parecer à Ministra da Ciência e do Ensino Superior relativamente às estruturas de formação para cada área do conhecimento, a nível de primeiro e segundo ciclos, e quanto ao interesse de criação de cursos de especialização complementares desses dois ciclos formais de formação.

Esta missão exige o contributo de individualidades de grande prestígio nacional para o efeito designadas pela Ministra da Ciência e do Ensino Superior, às quais poderão ser associadas, se necessário, outras personalidades de elevado mérito, que assistirão o Coordenador no estudo e formulação do parecer.

Coordenadores por área de conhecimento I

Coordenação no MCIES

Prof. Sebastião Feyo Azevedo - FEUP

ÁREA	COORDENADOR
ARQUITECTURA	Prof. Domingos Manuel Tavares Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	Prof. Arnaldo Dias da Silva Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
CIÊNCIAS EXACTAS E NATURAIS	Prof. José Alberto Ferreira Gomes Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	Prof ^a . Irene Silveira Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra
CIÊNCIAS HUMANAS	Prof ^a . Cristina Robalo Cordeiro Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coordenadores por área de conhecimento II

ÁREA	COORDENADOR
CIÊNCIAS POLÍTICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Prof. Carlos Motta Universidade Lusíada
CIÊNCIAS SOCIAIS	Prof. Manuel Braga da Cruz Universidade Católica
CINEMA/ DANÇA/ MÚSICA/ ARTES DO ESPECTÁCULO	Prof. Gil Mendo Escola Superior de Dança de Lisboa
COMUNICAÇÃO	Prof. José António Viegas Soares Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa
CONTABILIDADE	Prof. Rui Almeida Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa
DESPORTO	Prof. Jorge Proença Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Coordenadores por área de conhecimento III

ÁREA	COORDENADOR
DIREITO	Prof. Jorge Miranda Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
ECONOMIA E GESTÃO	Prof. António Romão Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa
ENFERMAGEM	Profª. Luísa d'Espiney Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian de Lisboa
ENGENHARIA	Prof. Luís Soares Instituto Politécnico do Porto
ESCULTURA/ PINTURA/ DESIGN	Profª. Isabel Sabino Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa
FORMAÇÃO DE PROFESSORES	Prof. João Pedro Mendes da Ponte Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Coordenadores por área de conhecimento IV

ÁREA	COORDENADOR
MEDICINA	Prof. João Lobo Antunes Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa
MEDICINA DENTÁRIA	Prof. Manuel Fontes de Carvalho Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto
MEDICINA VETERINÁRIA	Prof. Jorge Silva Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa
PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	Prof ^ª . Luísa Morgado Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra
TECNOLOGIAS DA SAÚDE	Prof. António Manuel Fernandes Lopes Escola Superior de Saúde do Alcoitão
TURISMO	Prof ^ª . Eunice Gonçalves Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

QUADRO GERAL DAS ESTRUTURAS DE FORMAÇÃO

Quadro geral de estruturas de formação I

- Na perspectiva expressa, a reformulação do sistema do ensino superior nacional deverá respeitar, para a generalidade das áreas de formação, as seguintes orientações:
 - Adoptar estruturas de formação formal de primeiros ciclos com a duração de 6 semestres, correspondentes a 180 créditos ECTS.
 - Adoptar estruturas de formação formal de segundos ciclos com a duração de 4 semestres, correspondentes a 120 créditos ECTS.

Quadro geral de estruturas de formação II

- Como princípio geral os primeiros ciclos de formação devem assegurar a aquisição das competências necessárias ao exercício de uma actividade.
- Para a generalidade dos cursos superiores em que se verifique ser necessária uma formação de 5 anos para o exercício pleno da profissão ou actividade poder-se-á traduzir num primeiro ciclo em ciências da respectiva área de formação.

Quadro geral de estruturas de formação III

- Para os cursos em que se verifique serem necessários 4 anos de formação para a obtenção das competências necessárias ao exercício da profissão, deverão tais competências ser adquiridas pela frequência com aprovação de *cursos complementares* à formação de primeiro ciclo, cursos estes que constituirão ou poderão constituir o primeiro ano do segundo ciclo de formação formal.

Casos de excepção – Formação em medicina

- As estruturas das formações em medicina, pela sua reconhecida especificidade, serão tratadas como caso de excepção e objecto de legislação específica.

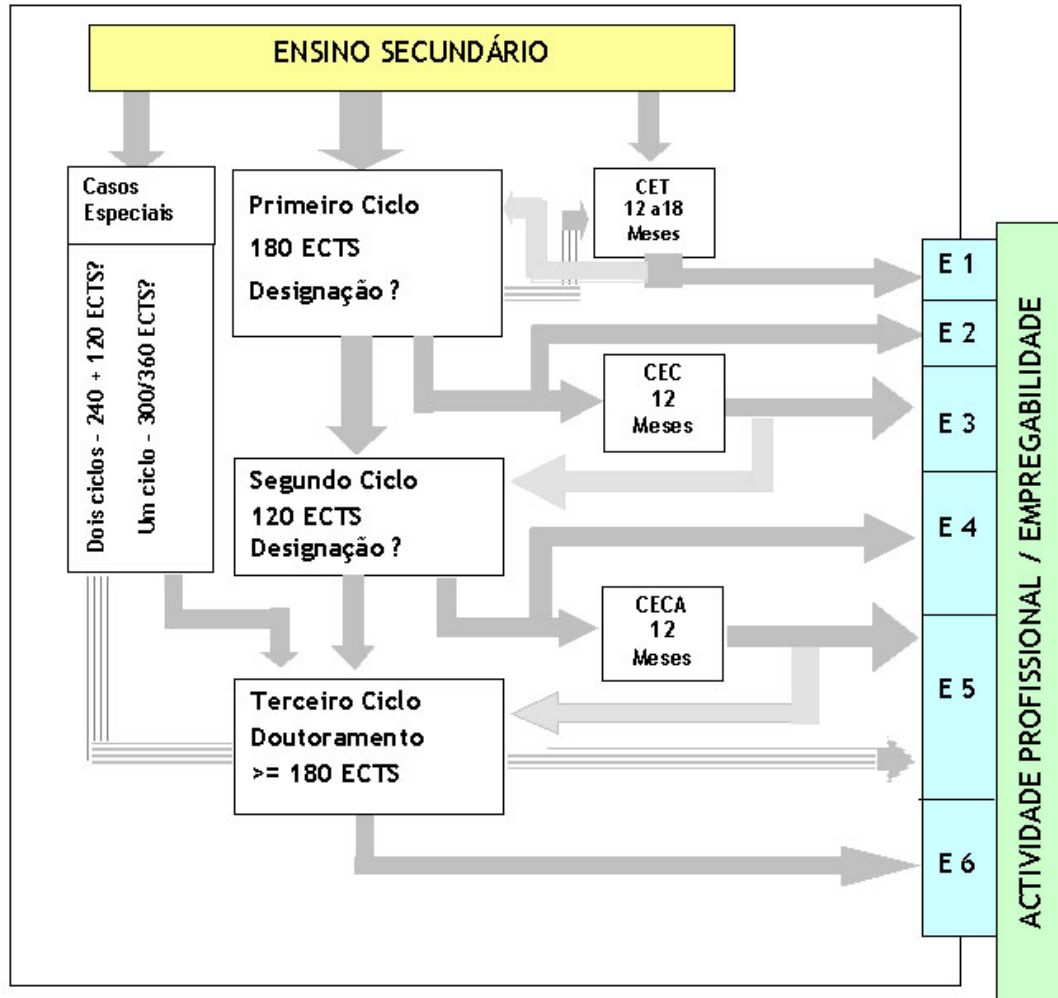
Exceções para outras áreas

- Quando as directivas europeias sectoriais e/ou a correspondente prática assim o justifiquem, no sentido do exercício pleno da profissão, poderão adoptar-se estruturas de cursos de primeiro ciclo com 10 semestres, mantendo-se para os segundos ciclos as orientações do quadro geral de formação acima expressas.
- Muito excepcionalmente, quando as directivas europeias e/ou a correspondente prática assim o justifiquem, no sentido do exercício pleno da profissão, poderão adoptar-se estruturas de cursos de primeiro ciclo de 8 semestres, mantendo-se as orientações gerais acima expressas para o segundo ciclo.

Financiamento

- Adotar-se-á uma política de financiamento generalizado das formações de primeiro ciclo e de financiamento diferenciado das formações avançadas.
- Para as áreas em que se verifique serem necessários os dois ciclos de formação para o exercício pleno da profissão, será garantido o financiamento das formações de segundo ciclo.
- Para as áreas em que se verifique serem necessários 4 anos de formação para a aquisição das respectivas competências profissionais, será garantido o financiamento dos *cursos complementares* necessários à obtenção de tais competências.

Sistema de Formação



CET – Cursos de Especialização Tecnológica;
 CEC – Cursos de Especialização Complementar;
 CECA – Cursos de Especialização Complementar Avançada

E 1, E 2, ...E 6 – potenciais níveis de empregabilidade na área de actividade

AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO

Sistema de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior I

A reunião de Berlim, de Setembro de 2003, reforça a necessidade de os sistemas nacionais de avaliação procurarem atingir, até 2005, as seguintes metas:

- ❖ Definição das responsabilidades dos diversos órgãos e instituições envolvidos na dinâmica do ensino superior;

- ❖ Generalização de:
 - Avaliação interna e externa;
 - Publicação de resultados;
 - Participação de estudantes;
 - Processos de acreditação e de certificação.

Sistema de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior II

A avaliação deve contribuir para o aperfeiçoamento da autonomia das instituições e fixar princípios de acção análogos para universidades e institutos politécnicos.

A avaliação deve desenvolver-se no respeito pelos princípios da autonomia dos estabelecimentos do ensino superior e respeitando a legitimidade do Governo para velar pela estrutura e pela qualidade do ensino superior.

A avaliação deve abranger o acompanhamento do desempenho de todas as actividades institucionais:

- Ensino;
- Investigação;
- Cultura;
- Acção institucional no meio exterior e na comunidade

Sistema de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior III

O novo modelo de avaliação terá que contemplar uma série de iniciativas, nomeadamente ao nível de:

- Avaliação por área de conhecimento;
- Área do conhecimento e unidade orgânica;
- Área do conhecimento e unidade de investigação;
- Área do conhecimento e curso;
- Classificação de mérito;
- Carteira de indicadores.

CALENDÁRIO DE ACÇÕES

Calendário de Acções I

Nova Estrutura de ciclos:

- Perfis e competências de formação
- Caracterização geral dos cursos
- Cursos de especialização — objectivo e sua inserção no sistema
 - 30 de Novembro

Sistema de Créditos e Suplemento ao Diploma:

- A publicar até Dezembro de 2004

Calendário de Acções II

Sistema de Avaliação e Acreditação

- Definição do Sistema - 30 de Novembro
- Implementação (2005-2006).

Workshop para a discussão pública do Processo de Bolonha

- Dezembro de 2004/Janeiro 2005

Aplicação

- Funcionamento das novas estruturas curriculares – a partir do ano lectivo de 2005/2006 até 2009/2010

MEDIDAS COMPLEMENTARES

Medidas Complementares I

Apoio a Implementação do Processo de Bolonha

Estamos também a analisar, em Comissões Mistas, o impacto da implementação do Processo de Bolonha ao nível de:

- carreiras da Administração Pública;
- carreiras de Pessoal Docente;
- carreiras Militares;
- carreiras da Magistratura;
- impacto no exercício das Profissões Liberais através de contacto com as Ordens Profissionais.

Medidas Complementares II

Apoio a Implementação do Processo de Bolonha

Este Processo representa uma profunda reforma na vida académica e nacional.

Conscientes da sua importância e também do esforço e empenho por ele exigidos, estão previstas, na reprogramação do **Ciência e Inovação 2010**, medidas de apoio à adopção de metodologias e práticas necessárias à implementação do Processo pelos estabelecimentos de ensino superior.

Tais medidas consubstanciam-se, nomeadamente, no apoio a projectos tendentes a promover a adopção de sistemas de comparabilidade de graus e perfis de formação, de sistemas de certificação de qualidade, e no apoio a medidas de promoção de mobilidade nacional e internacional, como se de um ERASMUS nacional se tratasse.

CONCLUSÕES

Conclusões I

Uma Visão de Cidadania

O Processo de Bolonha e a Estratégia de Lisboa preconizam medidas tendentes a:

- Processo de formação de uma dimensão e consciência europeias no ensino superior, na investigação e na inovação, para o qual o intercâmbio cultural, concretizado na mobilidade dos jovens, desempenha um papel crucial.
- Processo de promoção da coesão europeia, também através do conhecimento e da mobilidade, como forma de assegurar um melhor desempenho afirmativo da Europa no Mundo.
- Participação mais activa dos estudantes na vida da Escola.

Conclusões II

Uma Visão de Cidadania

- Processo de reestruturação da formação superior dos jovens aproximando-a dos interesses da Sociedade e permitindo-lhes escolhas mais amplas, maior realização profissional e satisfação pessoal.
- Processo de promoção da importância da criação e da implementação de estruturas escolares onde se crie o gosto pelo saber, pela aprendizagem de valores e pela aquisição de uma metodologia de trabalho.
- Promoção da importância da estreita ligação entre a formação dos cidadãos, o reforço da cidadania e da democracia, valorizando princípios, tais como multiculturalidade, diversidade, liberdade e paz.

Contacto

mcies@mcies.gov.pt